

COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGAS
CNPJ 04.363.670/0001-23

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2015

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS e o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

O ano de 2015 foi um período de desafios e oportunidades para a Companhia. Seu principal desafio foi o de manter o desempenho operacional e prospectar novos negócios que deem garantia de continuidade e crescimento para a empresa.

A responsabilidade social e ambiental é premissa fundamental do nosso negócio. A distribuição do Gás Natural Veicular – GNV, principal produto comercializado, tem uma importância estratégica para a população do Distrito Federal, pois atende à população preocupada com a preservação ambiental e com a economia dos custos de transporte, especialmente a classe dos motoristas profissionais de veículos de aluguel.

Finalmente, a CEBGAS agradece aos seus clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e à população do Distrito Federal, pela confiança depositada em sua gestão, ao mesmo tempo em que reafirma seu compromisso inarredável de continuar prestando os serviços de distribuição de gás natural com qualidade, confiabilidade, ética e transparência nos negócios.

2. PERFIL DA COMPANHIA

A **COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS – CEBGAS**, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília / DF, é uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital n.º 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

A constituição da Companhia se deu por intermédio das ações do governo do Distrito Federal que, entendendo a importância que o gás natural vinha demonstrando em todo o mundo como variável-chave na busca do desenvolvimento sustentável, elaborou um modelo empresarial para desenvolver a indústria desse energético na região. Esse modelo, cristalizado na CEBGAS, buscou conciliar o preceito Constitucional – que delega aos Estados a competência pela distribuição de gás combustível canalizado - com uma gestão empresarial, para a oferta desse serviço, e, ao mesmo tempo, com uma solução que contemplasse as limitações dos recursos públicos para investimento.

3. NEGÓCIOS DA COMPANHIA

LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL

As questões afeitas à logística de transporte do gás natural para o Distrito Federal continuaram a ser avaliadas e discutidas em profundidade, em 2015, com os agentes do setor no país, pela mobilização de esforços dos sócios da CEBGAS.

3.1 SUPRIMENTO POR GÁS NATURAL LIQUEFEITO – GNL

Por intermédio da GNL GEMINI Logística e Comercialização de Gás Ltda, uma sociedade formada entre a WHITE MARTINS, PETROBRAS e GASPETRO, de iniciativa pioneira no país, foi construída uma planta de liquefação de gás natural em Paulínia – SP, a qual iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção

de 380.000 m³/dia de Gás Natural Liquefeito – GNL, em condição de suprimento competitivo com outros energéticos a serem deslocados, como a Gasolina C e o Etanol, além do Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (Gás de Cozinha) e, ainda, do Óleo Combustível, de forma econômica para a população do DF e para a CEBGAS.

3.2 SUPRIMENTO POR GASODUTO DE TRANSPORTE

A CEBGAS continuou em 2015 a acompanhar o desenvolvimento do Projeto do Gasoduto do Brasil Central, cuja Licença de Instalação – LI foi emitida pelo IBAMA em novembro de 2013. Este Projeto tem o objetivo de prover o suprimento contínuo de gás natural, por meio do modal dutoviário a partir do Gasoduto Bolívia – Brasil, para os estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Além do Gasoduto do Brasil Central, a CEBGAS vem acompanhando o desenvolvimento das prospecções de Gás Natural que estão sendo realizadas na Bacia do São Francisco no Estado de Minas Gerais.

Essas são alternativas importantes para promover o crescimento sustentável da CEBGAS, pois possibilitará o suprimento contínuo de gás natural com custos mais competitivos para a Companhia proporcionando, desta forma, viabilizar a massificação do gás natural, por meio da construção de uma malha integrada de distribuição, voltada a atender a demanda dos diversos segmentos de mercado do DF.

4. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS - 2015

Com vistas à utilização de combustíveis alternativos ao gás natural liquefeito, a CEBGAS vem acompanhando a evolução da regulação do biogás e do biometano, que está sendo debatida pelas entidades interessadas neste mercado emergente no Brasil. O fórum de discussão é a Agência Nacional do Petróleo - ANP, que emitirá resolução definindo as características e uso do gás, cuja origem não é fóssil, mas sim das atividades agropecuárias e do tratamento dos resíduos sólidos e líquidos gerados nas cidades, já existem trabalhos em andamento, como alternativa para o uso do Biometano na geração de energia.

5. DESEMPENHO COMERCIAL

No ano de 2015 as vendas da Companhia, que são atualmente baseadas no gás natural veicular – GNV, registraram, em comparação com o ano de 2014, uma redução de aproximadamente 7% (sete por cento), tendo sido comercializado um volume de 5.748 m³/dia em 2015, contra o volume de 6.203 m³/dia.

Foram também identificadas algumas razões que vêm motivando a redução do consumo do Gás Natural Veicular no Distrito Federal, sobre as quais, em 2016, serão envidados esforços para diminuição dos seus efeitos, bem como serão realizadas ações de recuperação do mercado. Neste toar, podem ser citadas:

- Oferta de GNV, que abrange as entidades que contribuem para a entrega do produto (do produtor do gás natural liquefeito ao distribuidor do combustível), de forma competitiva com os demais combustíveis.
- Cadeia do conhecimento, que engloba as entidades detentoras do conhecimento do assunto (dos fornecedores de equipamentos até os técnicos das oficinas).
- Discussão com todos os setores de mercado, como forma de ampliar o número de postos de GNV no Distrito Federal com preço competitivo.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

BALANÇO PATRIMONIAL

6.1 ATIVOS em R\$ 1.217 mil:

- O valor das contas Caixa e equivalente de caixa é de R\$ 250 mil, correspondente a 20% do total dos ativos;
- Contas a receber relativas à comercialização do Gás Natural é de R\$ 109 mil, e compõe 9% do valor do ativo total;
- O restante é composto por estoques, outros créditos e pelas contas do ativo não circulante que são o realizável a longo prazo, investimento, imobilizado, intangível e diferido. Este último vem sendo amortizado, conforme previsão legal, desde o início das operações da Companhia.

6.2 PASSIVOS em R\$ 274 mil:

- A conta de Fornecedores é de R\$ 201 mil, equivalentes a 73% do total do passivo;
- Posteriormente, aparecem as obrigações sociais e trabalhistas com pouco mais de 7% do passivo, que corresponde a R\$ 21 mil. Em seguida tem-se 16%, relativo a R\$ 45 mil, que são representados por impostos a recolher, entre eles estão às provisões de PIS, COFINS e ICMS.

• Destaca-se que a CEBGAS não possui financiamento de curto e longo prazo.

6.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido fechou em R\$ 943 mil, e é composto por:

- Capital Social Integralizado – R\$ 4.921 mil
- Prejuízo Acumulado - R\$ (3.978 mil)

6.4 RESULTADOS

Em 2015, a CEBGAS teve uma receita Líquida de R\$ 4.374 mil. Os custos do Gás Natural Liquefeito para o segmento veicular totalizaram R\$ 4.004 mil, equivalentes a 91% da Receita Líquida da Companhia. Com isso o Lucro Bruto da Companhia totalizou o valor de R\$ 371 mil. Os gastos equivalentes às despesas Operacionais totalizaram o valor de R\$ 850 mil, mesmo considerando a atual estrutura da Companhia que é bastante enxuta, onde os diretores são remunerados pelos próprios acionistas e a força de trabalho é composta por quatro colaboradores, sendo dois estagiários.

O resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 36 mil, cabendo ressaltar que a receita financeira é composta por rendimento das aplicações financeiras e as despesas financeiras são relacionadas às taxas bancárias.

O Prejuízo do exercício apurado foi de R\$ 443 mil. Em comparação com o resultado obtido em 2014, houve uma redução de 15%. Essa redução se deve principalmente a esforços contínuos para a diminuição dos custos/despesas da companhia.

A meta da gestão da Companhia para 2016 está definida em três pilares: conseguir aumentar o consumo do gás natural veicular, ampliar o número de postos de Gás Natural Veicular e continuar a prospecção para atendimentos ao mercado industrial.

Brasília, 22 de fevereiro de 2016.

Elias Brito Júnior

Diretor Presidente

André Gustavo Lins de Macêdo

Diretor Administrativo e Financeiro

José Rogério da Silva Santos

Diretor Técnico e Comercial

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	250	392	Fornecedores	11	201	211
Contas a receber	5, 15	109	159	Salários, provisões e contribuições sociais		21	22
Estoques	6	103	92	Impostos a recolher	12	45	36
Impostos a recuperar	7	6	17	Outras obrigações a pagar		7	7
Total dos ativos circulantes		468	660	Total dos passivos circulantes		274	276
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Realizável a longo prazo:				Capital social	13	4.921	4.921
Impostos a recuperar	7	45	24	Prejuízos acumulados		(3.978)	(3.535)
Imobilizado	8	4	8	Total do patrimônio líquido		943	1.386
Diferido	9	581	843	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.217	1.662
Intangível	10	119	127				
Total dos ativos não circulantes		749	1.002				
TOTAL DOS ATIVOS		1.217	1.662				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
		Capital social				Prejuízos acumulados	
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		Total	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		5.100	(179)	4.921		(3.016)	1.905
Prejuízo do exercício		-	-	-		(519)	(519)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		5.100	(179)	4.921		(3.535)	1.386
Prejuízo do exercício		-	-	-		(443)	(443)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		5.100	(179)	4.921		(3.978)	943
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
			31/12/2015	31/12/2014			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO			(443)	(519)			
Outros resultados abrangentes			-	-			
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO			(443)	(519)			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS CNPJ 04.363.670/0001-23			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
	Nota explicativa	31/12/2015	31/12/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(443)	(519)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	16	274	273
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		50	9
Estoques		(11)	(8)
Impostos a recuperar		(10)	(17)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(10)	(24)
Salários, provisões e contribuições sociais		(1)	(11)
Impostos a recolher		9	(9)
Outras obrigações a pagar		-	3
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(142)	(303)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	8	-	(1)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		-	(1)
REDUÇÃO DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(142)	(304)
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	392	696
No fim do exercício	4	250	392
REDUÇÃO DOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(142)	(304)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)			
1. INFORMAÇÕES GERAIS			
A Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também:			
<ul style="list-style-type: none"> • efetuará a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte; • poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e • poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades. 			
A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.			
A Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007, através do suprimento de GNL (Gás Natural Liquefeito), proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.			
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados como normas brasileiras de contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.			
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
3.1. Instrumentos financeiros			
3.1.1. Ativos financeiros			
Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.			
Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis			
São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.			
No caso da Companhia compreende:			
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>			
São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.			
<i>Contas a receber</i>			
As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.			
3.1.2. Deterioração de ativos financeiros			
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (<i>impairment</i>). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.			
3.1.3. Passivos financeiros			
Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, esses são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.			
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.			
3.2. Estoques			
São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.			
3.3. Imobilizado			
É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas a taxas anuais descritas na nota explicativa nº8.			
A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício, e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso.			
Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.			
Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.			
3.4. Diferido			
De acordo com a Lei nº 11.941 de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no diferido representam gastos pré-operacionais referentes a manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008.			
A Companhia está, desde o início das suas operações, amortizando o saldo do diferido em 10 anos, pelo método linear.			
3.5. Intangível			
Compreende o direito de uso da infra estrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções nºs 1.003/2010, 1.261/09 e 1.318/10 que aprovaram respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a OCPC 05 – Contrato de Concessão. Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.			
A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 do OCPC 05 – Contratos de Concessão.			
3.6. Avaliação do valor recuperável dos ativos			
Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requererem o reconhecimento de perdas por redução ao valor de recuperação.			
3.7. Direitos e obrigações			
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em receitas e despesas financeiras. As obrigações são classificadas em:			
(a) <u>Circulante</u>			
São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.			
(b) <u>Não circulante</u>			
São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.			
3.8. Principais fontes de julgamento e estimativas			
Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.			
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.			
Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.			
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos		58	50
Aplicações financeiras		192	342
Total		250	392
As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificadas pela Administração da Companhia como "Caixa e equivalentes de caixa", por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.			
5. CONTAS A RECEBER			
		31/12/2015	31/12/2014
Petrobras Distribuidora S.A.		109	159
A Petrobras Distribuidora S.A. representa o único cliente da Companhia. A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.			
6. ESTOQUES			
		31/12/2015	31/12/2014
Gás natural liquefeito - GNL		103	92
7. IMPOSTOS A RECUPERAR			
		31/12/2015	31/12/2014
IRRF a compensar		51	41
Total		51	41
Circulante		6	17
Não circulante		45	24
Total		51	41

04/04

COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS
CNPJ 04.363.670/0001-23

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais – R\$ mil)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	36	50

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas

à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. Devido ao fato da Companhia ainda não ter iniciado sua operação similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de

2015 e de 2014, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

19. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 15 de janeiro de 2016, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

DIRETORIA

ELIAS BRITO JUNIOR
Diretor Presidente

ANDRE GUSTAVO LINS DE MACÊDO
Diretor Administrativo e Financeiro

JOSÉ ROGERIO DA SILVA SANTOS
Diretor Técnico e Comercial

CONTADORA

LEURÍDIA ALEIXO DA SILVA
CRC 018356/02-PE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ari Joaquim da Silva

Gustavo Henrique da Silva Mesquita

José Carlos de Salles Garcez

Raphael Ehlers dos Santos

Julio César de Oliveira Freitas

CONSELHO FISCAL

Ricardo Jorge Guedes de Souza

Fabio Moreira Amorim

Edmond Fernando Santiago

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2015, onde

é apresentado o valor total do Ativo e Passivo de R\$ 1.217 mil (um milhão duzentos e dezessete mil reais) e Prejuízo do Exercício de R\$ 443 mil (quatrocentos e quarenta e três mil reais) Constatou-se que, considerando-se os aspectos relevantes, estes documentos estão em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião

favorável da *Deloitte Brasil* Auditores Independentes Ltda, datado de 15 de janeiro de 2016, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da CEBGAS
Brasília, 15 de março de 2016.

Edmond Fernando Santiago Ricardo Jorge Guedes de Souza
Fabio Moreira Amorim

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras onde é informado que a Companhia entrou em operação em 8 de novembro de 2007. Atualmente, a operação da Companhia é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar às de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso da Companhia não conseguir tornar suas atividades similares às de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. A Companhia depende de suporte financeiro a ser obtido através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

Salvador, 15 de janeiro de 2016

DELOITTE BRASIL Auditores Independentes Ltda

Ruti Amaral Ramos Bomfim
Contadora

CRC – 1RJ nº 048.044/O-8 “T” BA

SANART CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S/A CNPJ/MF Nº 96.198.874/0001-74 - NIRE 53 3 0001230-0						
BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2014	31/12/2015		31/12/2014	31/12/2015	
ATIVO	2.312.711,78	3.872.872,16	PASSIVO	2.312.711,78	3.872.872,16	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS 263.000,00 290.700,00
ATIVO CIRCULANTE	143.362,94	169.646,83	PASSIVO CIRCULANTE	29.752,50	4.790,37	Prestação de Serviços 263.000,00 290.700,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	82.685,55	104.843,25	Obrigações Tributárias	4.752,50	4.790,37	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA 9.599,50 10.610,55
Créditos	60.677,39	64.803,58	Obrigações c/ Terceiros	25.000,00	0,00	Impostos Incidentes 9.599,50 10.610,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.169.348,84	3.703.225,33	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	462.800,00	1.822.800,00	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 253.400,50 280.089,45
Realizável a Longo Prazo	1.167.722,02	2.701.598,51	Débitos c/empresas ligadas	462.800,00	1.822.800,00	(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO 253.400,50 280.089,45
Imobilizado	1.001.626,82	1.001.626,82	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.820.159,28	2.045.281,79	(-) DESPESAS OPERACIONAIS 62.565,99 32.641,18
			Capital Social	1.400.000,00	1.400.000,00	Despesas Administrativas 6.010,87 5.524,00
			Reservas de Capital	17.339,03	28.595,16	Serviços de Terceiros 56.451,00 25.804,93
			Reservas de Lucros	905.727,92	1.119.594,30	Depreciação 104,12 -
			Prejuízos Acumulados	-2.480.839,32	-2.480.839,32	Despesas Financeiras - 1.312,25
			Adiantam. p/futuro aumento capital	1.977.931,65	1.977.931,65	(=) LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO 190.834,51 247.448,27
						Tributos s/lucro 20.198,40 22.325,76
						(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 170.636,11 225.122,51
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Discriminação	Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Adiantamento p/futuro aumento de Capital	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2013	1.400.000,00	8.807,22	936.623,62	(2.480.839,32)	2.012.465,94	1.877.057,46
Lucro Apurado no Exercício			170.636,11			170.636,11
Constituição de Reserva Legal		8.531,81	(8.531,81)			-
Devolução de Adiantamento					(34.534,29)	(34.534,29)
Lucros distribuídos			(193.000,00)			(193.000,00)
Saldo em 31/12/2014	1.400.000,00	17.339,03	905.727,92	(2.480.839,32)	1.977.931,65	1.820.159,28
Lucro Apurado no Exercício			225.122,51			225.122,51
Constituição de Reserva Legal		11.256,13	(11.256,13)			-
Saldo em 31/12/2015	1.400.000,00	28.595,16	1.119.594,30	(2.480.839,32)	1.977.931,65	2.045.281,79
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO						
				31/12/2014	31/12/2015	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Resultado do período				170.636,11	225.122,51	
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Depreciação e Amortização				104,12	-	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO ANTES DAS MUDANÇAS NO CAPITAL DE GIRO				170.740,23	225.122,51	
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS						
Diminuição/Aumento no Contas a Receber				199,44	(4.126,19)	
Diminuição/Aumento em Obrigações Tributárias				-1.342,50	37,87	
Aumento/Redução em Adiantamentos de clientes				25.000,00	(25.000,00)	
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES				23.856,94	-29.088,32	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				194.597,17	196.034,19	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Aumento no Realizável a Longo Prazo				0,00	(1.533.876,49)	
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				0,00	(1.533.876,49)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Devolução de Adiantamento p/Fut. Aumento Capital				-34.534,29	-	
Distribuição de lucros				-193.000,00	-	
Aumento em Débitos com empresas ligadas				0,00	1.360.000,00	
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				-227.534,29	1.360.000,00	
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES				-32.937,12	22.157,70	
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO				115.622,67	82.685,55	
SALDO NO FINAL DO PERÍODO				82.685,55	104.843,25	
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - ENCERRADAS EM 31.12.2015						
1. HISTÓRICO DA SOCIEDADE						
<p>Sanart Construção e Comércio S/A, é uma sociedade por ações, fundada em 02 de fevereiro de 1993, sob a denominação social de Sanart Construção e Comércio S/A, cujo objetivo social está concentrado na exploração da indústria e da construção civil em geral; prestação de serviços técnicos de engenharia civil; administração, locação, compra e venda de bens imóveis, próprios ou de terceiros; fabricação para uso</p>			<p>próprio ou para venda de artefatos de cimento em geral; comércio de materiais de construção em geral, através de compra, venda e aplicação; locação de mão-de-obra, e está estabelecida no SIA SUL Trecho 06 Bloco A Lotes 5/15, 2º Andar – Brasília/DF. Seu Capital Social é de R\$ 1.400.000,00 (Um Milhão e Quatrocentos Mil Reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país, dividido em 1.400.000 (Um Milhão e Quatrocentas Mil) ações de capital pertencentes aos sócios:</p>			
DIRETORIA			CONTADOR			
Eugênio César Alves Lacerda Diretor			Edvando Dionísio Neri CRC-DF 007785/O-7			